

**Ata da 80ª Reunião Ordinária da  
Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima – CIMGC realizada 30 de maio de  
2014, às 14:00 horas, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, Sala dos  
Conselhos, 2º andar, Brasília. DF**

**Membros Participantes**

1. Beatriz Soares – Ministério da Fazenda
2. Demétrio Toledo – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
3. Felipe Ferreira – Ministério das Relações Exteriores
4. Gustavo Luedemann – Secretário Executivo da CIMGC
5. Josana de O. Lima Esser – Ministério do Meio Ambiente
6. Márcio Rojas da Cruz – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
7. Marco Antonio P.O. Silva – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

**Outros participantes**

1. Andréa Nascimento de Araújo – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
2. Flavia Frangetto – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
3. Hugo César Alves da Silva – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
4. Luis Fernando Badanhan – Ministério de Minas e Energia
5. Jerônima Damasceno – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
6. Sonia Regina Bittencourt – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
7. Susanna Erica Busch – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
8. Vitor Ferraz - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

**1. Abertura da Reunião**

Visando não penalizar aqueles que chegaram pontualmente, sabendo do aviso do representante do Ministério das Relações Exteriores de que chegaria atrasado, o Secretário Executivo da Comissão iniciou a 80ª reunião ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC) às 14h22min.

**2. Aprovação da Ata da 79ª reunião ordinária da CIMGC.**

Dando prosseguimento aos trabalhos, o Secretário Executivo passou à aprovação da minuta da ata objeto de aprovação. A representante do Ministério da Fazenda (MF) requereu alteração, no item 6.2 pedindo que o trecho “em termos de deficiência de escrita e de desenvolvimento sustentável”, da 14ª linha, fosse suprimido, terminando a sentença com “em geral.”. O representante do Ministério de Minas e Energia (MME) requereu a complementação, no item 8, “Outros Assuntos”, na 2ª linha acrescentando-se “revisão de questões relacionadas à forma do Relatório de Validação”. Nestes

novos termos, a ata foi aprovada e em seguida o Secretário Executivo passou ao próximo ponto de pauta.

### **3. Projetos em revisão cujos proponentes apresentaram resposta ao ofício em conformidade com a Resolução nº 05 da CIMGC**

#### **3.1 455/2013 – Projeto MDL das PCHs Poço Fundo e Providência (JUN1133), Brasil - (Of. 005/2014 de 06/02/2013, com resposta em 27/03/2014)**

A Comissão discutiu os motivos que levariam à atividade de projeto a ser aprovada com ressalvas ou ser mantida em revisão. Considerou-se que a falta de documento comprovador de outorga da PCH seria caso para revisão. Por fim, decidiu-se por unanimidade que a atividade de projeto “Projeto MDL das PCHs Poço Fundo e Providência” fosse **mantida em revisão** para proceder às seguintes correções e/ou esclarecimentos:

- 1) A. Informar a regularidade do projeto PCH Providência junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), apresentar cópia do pedido de Licença Prévia da PCH Providência, como também, cópia do pedido de renovação da Licença Prévia ou do pedido da Licença de Instalação da PCH Poço Fundo. Não havendo o protocolo de solicitação das licenças, apresentar declaração do órgão ambiental que informe a situação atual dos pedidos de licenciamento realizados para estes empreendimentos.
- 2) B. No *Validation Report* /Relatório de Validação:
- 3) B.1. Modificar a versão da metodologia "Metodologia de linha de base consolidada para a geração a partir de fontes renováveis de eletricidade conectada à rede" para 14.0.0 na página 14 do Relatório de Validação, item 3.3.
- 4) B.2. O parágrafo “Technology used in the development of the enterprise involves the use of hydraulic potential of the Preto River for electricity generation by the gravitational energy of the water, which is used as well to move the turbine-generator systems, enabling electricity generation. This is a source of clean and renewable energy that presents low environmental impacts. The total installed capacity of the project will be 19.44 MW” na página 12 do *Validation Report* não foi traduzido para o português.
- 5) B.3. O parágrafo “In the baseline scenario, the main emission source is CO2 emission from electricity generation in fossil fuel fired power plants that is displaced due to the project activity. In the project activity scenario, there are no different emission sources since the power density of the two SHPs is greater than 10W/m<sup>2</sup> as pointed out from applicable methodology” na página 13 do *Validation Report* não foi traduzido corretamente.
- 6) B.4. O parágrafo “Since the investment decision was taken on 2013, the audit team finds reasonable the identified analysis period of 2003 to 2012 on the calculation of the cost of equity, mainly after carry out a cross-checked of the values and assumptions made by PP” da página 18 *Validation Report* não foi traduzido corretamente.

#### **4. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão 05 de fevereiro de 2014:**

##### **4.1 463/2014 – Atividade de Projeto MDL da Usina Hidrelétrica Engenheiro José Luiz Müller de Godoy Pereira - Recebido em 13/03/2014; e**

O representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) expôs os motivos pelos quais o MCTI entendeu que a atividade de projeto fosse colocada em revisão. A representante do Ministério do Meio Ambiente (MMA) acompanhou, pelos pontos levantados pelo MCTI e por inconsistência no Documento de Concepção do Projeto (DCP) em relação à localização (confundindo-se Bacia do Paraná e Bacia do Paranaíba), como também por merecer atualização dos programas ambientais prometidos. O MME acompanhou, acrescentando questão de data do DCP e de licença vencida. O MF levantou a discussão acerca de ponto relativo à análise financeira e ponderou sobre o papel da CIMGC na avaliação da adicionalidade da atividade de projeto, tendo em vista discussão sobre o mandato da AND em relação à comprovação de que o projeto contribui para o desenvolvimento sustentável do país. O Secretário Executivo defendeu que as questões sobre adicionalidade financeira são importantes na avaliação do Conselho Executivo e que, nessa matéria, a participação do MF lhe parecia muito pertinente. Fez a consideração de que a análise de desenvolvimento sustentável feita pela CIMGC era muito importante, pois, além dela, só a sociedade civil o fazia. O Secretário Executivo mencionou que a Secretaria estava elaborando proposta de curso sobre análise financeira a ser estendido aos membros da CIMGC. Após discutir, a Comissão deliberou por consenso que a atividade do Projeto MDL da Usina Hidrelétrica Engenheiro José Luiz Müller de Godoy Pereira fosse **colocada em revisão** para proceder às seguintes correções e/ou esclarecimentos:

- A. A licença ambiental de funcionamento possuía validade até 24/06/2013. De acordo com a resolução nº 11 da CIMGC para a aprovação de uma atividade de projeto de MDL é necessário o envio de uma licença ambiental válida. Para isto, é necessário o encaminhamento do pedido de renovação da licença de funcionamento ou a nova licença.
- B. No DCP/PDD:
  - B.1 Esclarecer em qual bacia hidrográfica está localizada a UHE Engenheiro José Luiz Müller de Godoy Pereira, vez que no DCP (página 2, versões em português e em inglês), consta bacia do Paraná, e em páginas posteriores do próprio DCP e em todos os demais documentos encaminhados, inclusive na Licença de Funcionamento emitida pelo órgão licenciador estadual, consta que a UHE está situada na bacia do rio Paranaíba.
  - B.2. No item B.5 sobre a demonstração de adicionalidade, esclarecer e justificar a opção pela elaboração do fluxo de caixa para 35 anos (página 14 do DCP / página 13 do PDD) quando foi informado que a vida útil da UHE é de 33 anos (página 5 do DCP/PDD).
  - B.3. Na página 9 do DCP no diagrama que demonstra os limites do projeto não houve tradução correta para o item atividade de projeto para o CH4.
  - B.4. O parágrafo “Outcome of Step 2: After the sensitivity analysis it is concluded that the proposed CDM project activity is unlikely to be financially/economically attractive (as per Step 2c)” na página 16 do PDD não foi traduzido.

B.5. A frase “The main environmental negative impact was the reservoir creation, which flood an area of 7.69 km<sup>2</sup> when the reservoir is full” na página 35 do PDD não foi traduzido corretamente.

B.6. Por se tratar de versão em português, devem ser feitas correções no DCP de forma que conste ponto (.) como separador de milhares e vírgulas (,) como separador decimal. Por exemplo, na página 28 tabela 8.

C. No *Validation Report* /Relatório de Validação:

C.1. As informações das versões do *Validation Report*/Relatório de Validação estão equivocadas. No cabeçalho de todas as páginas é mencionado como versão 1, enquanto que no quadro inicial na página 2 de ambos os documentos está sendo informada como versão 2. Ainda, no cabeçalho o texto informa que é um “Modelo de Relatório de Validação de 02 de outubro de 2013”, enquanto que a 1ª versão do relatório de validação é de novembro de 2013. Corrigir.

C.2. O *Validation Report* e Relatório de Validação, em seu quadro resumo na página 2 de ambos os documentos, não faz nenhuma referência à versão e data do PDD/DCP da atividade de projeto. “UHE José Luiz Müller de Godoy Pereira (JUN1173), Brasil analisado, ou seja, versão 3.1 de 11/12/2013”. Na opinião de validação de ambos os relatórios, página 39 do *Validation Report* e página 40 do Relatório de Validação, também não está mencionada a data e versão do PDD/DCP analisado. Há a necessidade de acrescentar as referidas informações citadas.

C.3. O *Validation Report*/Relatório de validação apresenta na página 2 como data final 31/01/2013 e como 31/01/2014 na página 40 do *Validation Report* e página 41 do Relatório de validação. Ressalta-se também que a data final de 31/01/2013 é anterior a data da versão 3.1 do Documento de Concepção do Projeto DCP (11/12/2013). Esclarecer qual é a versão e data final do *Validation Report*/Relatório de Validação e realizar as modificações necessárias nos referidos documentos.

C.4. Ressalta-se que a “Ferramenta para o cálculo do fator de emissão para um sistema elétrico” está na versão 03.0 e não em sua Versão 04.0 como descrito no PDD/DCP avaliados. Atualizar todos os dados referentes à ferramenta mencionada;

C.5. O termo “PEHP,y = Project emissions from water reservoirs (tCO<sub>2</sub>e/yr) na página 20 do *Validation Report* não foi traduzido corretamente;

D. C.6. No Relatório de Validação na página 108 a numeração da tabela não condiz com o a do *Validation Report*. O Sr. Thiago Moreira Salles é o Diretor Administrativo Financeiro. No entanto, segundo o artigo 25 parágrafo 1 do estatuto social é mencionado que a sociedade será representada por um único Diretor desde que devidamente autorizado pelo Conselho de Administração, cuja ata deverá especificar os poderes para atuação daquele Diretor e servirá como instrumento para atestar a regularidade da representação da sociedade. Encaminhar documento que comprove que o Sr. Thiago Moreira Salles pode assinar sozinho as seguintes declarações: do responsável pela comunicação, de conformidade com a legislação ambiental e de conformidade com a legislação trabalhista.

- E. Revisar o documento "Contribuição da Atividade de Projeto para o Desenvolvimento Sustentável" (Anexo III) versão de 26/06/2012, atualizando-o, no que couber, para que reflita com pertinência a situação vigente do empreendimento.

#### **4.2 429/2012 – Projeto Agrupado de Energia Eólica Asa Branca – Recebido em 29/01/2014.**

A representante do MMA manifestou-se pela aprovação, mas concordou no atendimento às ressalvas solicitado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). A Comissão discutiu e deliberou por consenso que a atividade do Projeto Agrupado de Energia Eólica Asa Branca” recebesse nova carta de aprovação após atender às seguintes exigências:

- mencionar na capa do DCP/PDD a metodologia aplicada;
- atualizar o *weblink* fornecido no DCP/PDD para a referência da taxa de títulos do governo, uma vez que o informado parece não existir mais;
- corrigir a redação da palavra “Resoluçãp” que aparece nas páginas 6 e 19 no Relatório de Validação;
- mencionar no Relatório de Validação (RV) e *Validation Report* (VR) o período (datas) em que o projeto foi submetido no site da UNFCCC para Consulta Global de Partes Interessadas; e
- encaminhar o endereço eletrônico do responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da CIMGC, Sr. Daniel Araújo Carneiro.

#### **5. Novos projetos recebidos pela Secretaria Executiva da CIMGC:**

O Secretário Executivo informou sobre os projetos recebidos para efeito de análise na próxima reunião.

##### **5.1 464/2014 – Projeto MDL da PCH Nova Mutum (JUN1178), Brasil – Recebido em 07/04/2014.**

##### **5.2. 465/2014 – Projeto de Energia Eólica Sento Sé – Recebido em 23/05/2014.**

##### **5.3 466/2014 – Projeto Pequena Central Hidrelétrica Galheiros (GSHPP) – Recebido em 23/05/2014.**

O Secretário Executivo observou que o Projeto Pequena Central Hidrelétrica Galheiros (GSHPP) foi apresentado como projeto novo, por nova documentação ter chegado apenas quando o prazo para resposta concedido no passado já havia expirado.

#### **6. Solicitação do Secretariado do MDL de envio de informações sobre a prática de consulta aos atores locais nacionais – disponibilizar informações no website do MDL e possibilitar o desenvolvimento de diretrizes**

O Secretário Executivo trouxe a informação de solicitação, do Secretariado do MDL, sobre a prática de consulta aos atores locais nacionais. O Secretário Executivo requereu que minuta de resposta à solicitação, elaborada pela Secretaria Executiva da CIMGC circulasse por meio eletrônico entre os membros. Solicitou atenção especial dos membros acerca dos critérios do desenvolvimento sustentável, em termos de assuntos pertinentes à negociação internacional, ante aos riscos de interferência externa sobre a discricionariedade do país acerca desses aspectos. Dirigindo-se ao MRE, solicitou a seu representante que concedesse especial atenção nesse ponto. Tendo a solicitação chegado ao ponto focal do MDL, deliberaram que o MRE desse uma redação final (caso considerasse adequado aproveitar a minuta elaborada pela Secretaria Executiva da CIMGC) ao documento que, circulado a todos os membros, ficariam à vontade para fazer suas próprias observações. Com a chegada do representante do MRE, esse afirmou que analisariam a minuta preparada com satisfação e que, como ponto focal da Convenção, não veria problema da resposta acordada ser respondida diretamente pela CIMGC como Autoridade Nacional Designada (AND). Citou o recém-editado decreto no Brasil sobre processos de participação da sociedade civil, ressaltando que a minuta deveria levar esse conteúdo em consideração.

#### **7. Auxílio disponibilizado às Partes pelo Secretariado do MDL para o desenvolvimento de ferramentas voltadas ao monitoramento de benefícios ao desenvolvimento sustentável promovidos pelas atividades de projeto e POAs – melhorar a reputação do MDL e aumentar sua transparência em relação a esse pilar do mecanismo**

O Secretário Executivo trouxe a informação da oferta do Conselho Executivo para auxílio às AND no desenvolvimento de ferramentas para aferição do requisito do desenvolvimento sustentável. Também informou que um consultor foi contratado para o estudo do impacto do MDL no Brasil envolvendo o benefício do desenvolvimento sustentável.

#### **8. Discussão sobre a qualidade dos Relatórios de Validação**

O Secretário Executivo lembrou ser esse um ponto constante de discussão nas reuniões da CIMGC. Indagou se havia sugestões dos membros em relação ao encaminhamento que deve ser seguido pela CIMGC a respeito do procedimento de revisão dos Relatórios de Validação, conforme acordado na última reunião da Comissão. Diante da ausência de sugestões, propôs que o tema fosse retomado após apresentação de consultor contratado pela Secretaria Executiva, sobre a avaliação de EODs pelo Conselho Executivo, e perguntou se essa discussão deveria ser internalizada no processo de normatização da Resolução Sistematizadora da CIMGC. O representante do Ministério do Planejamento indagou se o fato dos projetos serem em grande parte do setor energético era conjuntural. O Secretário Executivo respondeu que outras atividades de projetos não se restringiam ao setor energético, mas que estes eram maioria. O Secretário Executivo explicou a posição brasileira de atentar-se de maneira minuciosa a vários aspectos desse documento, uma vez que resolveu vincular a decisão de emissão de carta de aprovação à entrega do Relatório de Validação. Mencionou que incluir condicionantes na carta de aprovação era prática de outros países e que isso poderia causar dificuldades para o Conselho Executivo do MDL, na medida em que tivesse que checar essas condicionantes. O representante do MCTI apontou o círculo vicioso de manutenção da baixa qualidade dos Relatórios de Validação, por força das correções exigidas pela AND brasileira

antes do projeto ser registrado. A representante do MF sugeriu que o texto do ofício enviado ao proponente de projeto informasse que o projeto entrou em revisão por erros e omissões da EOD, de modo que o proponente de projeto ficasse ciente de que o atraso na aprovação da atividade de projeto se deveu em grande parte à baixa qualidade do serviço prestado pela EOD. O Secretário Executivo recordou que havia consultado o Secretariado do MDL, que não lhe informou de canal de comunicação direta com a AND no tocante a reclamação sobre a qualidade de trabalho da EOD. Passou a palavra à consultora da Secretaria Executiva sobre assuntos regulatórios, quem comentou de dispositivo em decisão recente do Conselho Executivo do MDL que abria espaço para representante de instituição governamental reclamar sobre atuação de EOD perante o Conselho Executivo. O Secretário Executivo aludiu à prática brasileira de, em sendo rígida, não perder sua excelência na análise dos projetos, caso viesse a mudar essa praxe. A representante do MMA falou da concordância em manter a qualidade das avaliações da AND brasileira. Sugeriu que ocorresse capacitação sobre Relatórios de Validação, para atualizar as EOD sobre os novos procedimentos, sobre os novos requisitos de análises, entre outros – mostrando que vale a pena o debate. O representante do MRE afirmou ser positivo levar essa análise adiante, até porque uma das críticas ao MDL e às EOD é de que as entidades validadoras têm o efeito perverso de aprovar projetos de baixa qualidade. Com vistas a assegurar a qualidade dos projetos aprovados pelo Brasil, as análises minuciosas eram vistas positivamente. Considerou que a capacitação era adequada e afirmou que essa iniciativa não pisava em nenhuma competência do Conselho Executivo do MDL. O Secretário Executivo ratificou que ainda era necessário refletir sobre outras novas sugestões para solucionar o problema. A representante da Secretaria Executiva da CIMGC comentou que, durante o processo de revisão das resoluções da CIMGC, surgiu a ideia de elaboração de uma cartilha voltada aos proponentes e desenvolvedores do projeto para instruí-los quanto às exigências que lhes são impostas, e que essa cartilha seria divulgável por meio de mídia, entre outros canais.

## **9. Resposta do Ministério Público à carta-convite enviada pelos proponentes aos atores locais em cumprimento à Resolução nº 7 da CIMGC.**

O Secretário Executivo comentou o recebimento de cópia do ofício do Ministério Público, enviada por proponente de projeto, na qual a consulta local foi entendida como “consultoria” solicitada pelo proponente. Assim sendo, o Ministério Público informou que não poderia proceder a análise do projeto, uma vez que essa atividade extrapolaria suas competências. Fato que se mostrou contraditório com as situações de interesse de representantes do MP sobre algumas atividades de projetos a respeito das quais vem requerendo informações à CIMGC. O Secretário Executivo propôs que fosse envidado esforço de aproximação com o MP. O que foi aceito pelos membros presentes.

## **10. Informes da Secretaria Executiva**

O Secretário Executivo passou a palavra para representante da Secretaria Executiva da CIMGC que expôs sobre o status de projetos de MDL sob análise na CIMGC; informou sobre a conclusão do processo seletivo que contratou o Sr. Braulio Pikman como consultor para elaborar um estudo sobre linhas de base padronizadas; informou sobre a abertura em breve de processo seletivo para contratação de consultor que desenvolverá estudo sobre a viabilidade do desenvolvimento no Brasil de projetos de captura e armazenamento de carbono no âmbito do MDL, solicitando o auxílio na

divulgação do edital; e procedeu à distribuição do CD dos projetos de Biogás no MDL, elaborado pela CETESB.

## **11. Outros assuntos**

O Secretário Executivo passou a palavra para o representante do MRE quem falou sobre o processo de consulta à sociedade civil para levantar preferências sobre quais deveriam ser as modalidades da contribuição brasileira, além do tópico mitigação, esclarecendo que esse processo participativo trará subsídios para a definição do posicionamento brasileiro nas negociações. O representante do MRE pediu a todos, e em especial ao representante do MDIC, que a consulta fosse divulgada junto à sociedade civil. Informou que enviaria por e-mail o endereço de acesso. Esclareceu ser importante dar início a esse debate para conferir legitimidade ao processo. Complementou que a consulta seria uma componente de todo o processo, pois os países apresentariam suas posições de forma *bottom up*. Informou ainda que foram apresentadas à UNFCCC 196 propostas para o novo acordo. O Secretário Executivo declarou encerrada a reunião às 16h15min.